

“Assinaria [um acordo] mas temos de ver os números porque não assinamos em branco.”



rior, mas menos que a atual. [No acordo] tem de estar um conjunto de medidas fiscais aceitáveis para as empresas e consumidores. Por exemplo, o que o Estado dá em termos de IRS é ser neutro. Isso não é contribuição nenhuma. Para aumentar o rendimento líquido é preciso uma parte do esforço das empresas e outra parte do esforço do Estado. Se descer 10% as tributações autónomas que representam 15%... O IRC anda na casa dos 5 mil milhões de euros, dá um esforço de 75 milhões de euros. Tendo em conta a almofada financeira que o Governo tem, ajudava a dinamizar transversalmente todo o setor empresarial. As outras medidas que o Governo apresenta – não apresenta, enuncia – de capitalização, de dedução dos lucros reinvestidos, são positivas, mas o Governo não quantificou nada. Estamos à espera de ver se têm efeito real. Repare, por exemplo, no Orçamento de 2022 o

Governo falou numa baixa do IRS. O IRS vale qualquer 15 mil milhões de euros. Essa baixa era de 150 e tal milhões. Portanto, não tinha qualquer efeito. [...] ACCP até hoje assinou praticamente todos os acordos de concertação social exceto o do Código do Trabalho de 2003.

Assinaria este?

Assinaria, mas temos de ver os números porque não assinamos em branco.

Quanto é que deveria subir o salário para compensar a inflação, como propõe o Governo?

Isso, como dizia o antigo primeiro-ministro, é só fazer as contas. Agora, resta saber se em termos da evolução da própria inflação e da capacidade das empresas, é razoável acompanhar a inflação de forma cega e linear. Disso é que temos dúvidas. Até porque há uma questão de fundo. A produtividade

portuguesa tem baixado em termos em relação à Europa, já foi mais alta. Tem havido uma incapacidade completa dos governos de atuarem de uma forma integrada. Há pelo menos três níveis de intervenção. Um é qualificação da mão de obra, onde tem havido um investimento grande em termos de fundos europeus, com rentabilidade maior ou menor. Um segundo em que o investimento tem sido praticamente nulo é melhorar a qualificação da gestão do nosso tecido empresarial de pequenas, médias e microempresas. É precisamente na dimensão e organização que estão os fatores da baixa produtividade do país. Se numa localidade houver uma multinacional que tem uma organização diferente, com as mesmas pessoas, tem uma produtividade diferente. O que acontece é que em termos de fundos europeus não tem havido elegibilidade para muitos projetos que sejam vi-

rados para intensificar essa qualificação da gestão. O terceiro aspeto tem sido um desastre completo. As empresas têm de aumentar a sua massa crítica. Temos de trabalhar em profundidade quer na fusão das PME, quer associarem-se para projetos, quer no trabalho em rede. Em Portugal, temos alguns exemplos. O calçado fez isso e foi importante. Mas os fundos europeus nunca foram usados para dina-

mizar, para dar prioridade a projetos coletivos desse tipo. Porque a opção política dos diversos governos – aqui não há inocentes, não tem que ver com os diversos partidos políticos – foi sempre fatiar e destruir o mais possível, para tentar tirar efeitos políticos disso. O que nos preocupa bastante é este salto da produtividade, que é fundamental e é o elemento-chave para a subida dos salários. ■

“Temos de trabalhar na fusão das PME, no trabalho em rede. O calçado fez isso e foi importante. Mas os fundos europeus nunca foram usados para projetos desse tipo.”

JOÃO VIEIRA LOPES PRESIDENTE DA CCP

“Não há que ter ilusões: vai haver perda de poder de compra”

Em reação ao Governo, João Vieira Lopes diz que as empresas não têm condições para acompanhar a inflação no salário mínimo. Em todos os períodos de “hiperinflação” os salários ficaram para trás, sustenta.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
PEDRO CATARINO
Fotografia

As indicações que constam da proposta de acordo sobre a evolução dos salários do privado são um “indicador teórico” que não terá de ser seguido. Vieira Lopes sustenta que “será difícil as empresas” acompanharem sem dificuldade um aumento no salário mínimo que cubra a inflação e encara a perda de poder de compra como uma inevitabilidade. “É preciso é contê-la.”

O Governo usa a meta de inflação do BCE (2%) soma-lhe uma previsão de produtividade (1,5%) e calcula um adicional que sustenta que seria necessário para chegar a um peso dos salários de 48% do PIB em 2026, a meta que tinha em maio. É assim que se chega a um aumento nominal desejado de 4,8% nos salários. Não sendo público um cenário macroeconómico isso está fundamentado? O Governo explicou?

Não. Foi uma opção política, como o Governo já deve ter tomado opções políticas para o salário mínimo, é uma filosofia com a qual não estamos de acordo.

Qual é a relevância da meta de 4,8% que foi apresentada como o aumento médio nominal necessário dos salários?

A lógica do Governo é aumentar o peso das remunerações no PIB, de 45% para 48%. Claro que durante a pandemia houve variações, porque o emprego se manteve e a economia baixou e portan-



to essa percentagem alterou-se. É por isso que para nós o modo como tem sido tentado este acordo é muito estranho. Porque repa-

re: falou-se nisso há seis meses e quinze dias antes do Orçamento é que agora aparece o Governo com grande pressa para tentar fa-

zer o acordo. É uma estratégia para nos pressionar a tomar uma decisão a curto prazo? É incapacidade de ter maturado durante mais tempo uma situação já mais concreta? É uma interrogação.

Estão a sentir-se pressionados?

Não, a CCP não é pressionável.

O objetivo é esse?

Acredito que possa ser criar uma situação que pressione a chegar a um acordo rapidamente. [...] Este tipo de documento que o Governo apresentou podia ter sido

apresentado em junho ou julho. E seria possível ter sido bastante mais aprofundado durante estes meses. É bastante estranho este documento ter aparecido agora. É difícil fazer um acordo até ao Orçamento do Estado, mas se de facto houver intenção, então as medidas que vale a pena discutir nos próximos dias são as que eventualmente virão no orçamento, mas o acordo não se pode restringir a isso.

Há pouco referiu que esta é uma meta política. Tendo em conta o aumento dos preços, que este ano é estimado em 7,7% pelo Conselho das Fi-

“Falou-se nisso há seis meses e agora é que o Governo aparece com grande pressa para tentar fazer o acordo. É uma estratégia para nos pressionar a tomar uma decisão a curto prazo? É incapacidade?”



“Será difícil as empresas acompanharem um ajustamento do salário mínimo com base na inflação.”

nanças Públicas, e já se percebeu que nos próximo ano o abrandamento de preços não vai ser assim tão significativo, o que é que significa este valor neste contexto?

Foi um valor construído com um modelo teórico que vai estar ajustado ou não à realidade em função de variáveis que são incertas por isso é que nós temos muitas dúvidas que este seja o momento para fazer um acordo.

O primeiro-ministro reconheceu que não alterou a meta para evitar uma espiral inflacionista. Isto significa que o acordo pode servir para quebrar reais de salários, que ajudem a controlar a inflação?

O acordo é um indicador teórico. Porque a negociação coletiva é que vai definir os valores. E as confederações são a emanção das associações, e não o contrário. As confederações se subscreverem o acordo podem tentar motivar as associações, mas isso vai depender dos setores. Há setores que de certeza têm capacidade de absorver isso. Mas se falarmos de serviços ao consumidor, como cabeleireiros, comércio, que têm com margens mais baixas a dificuldade é diferente. Diria que é mais uma intenção política, um sinal político. É evidente que se o Governo conseguir dar sinais fortes em termos fiscais isso será uma motivação extra.

Considera aceitável o que o Governo está a propor em termos de salário mínimo, acima de 750 euros?

Em termos de salário mínimo penso que no próximo ano será difícil as empresas acompa-

nharem sem dificuldade um mero ajustamento com base na inflação.

Que consequências tem o facto de as pessoas que recebem o salário mínimo terem uma perda real? Perdem poder de compra.

Não há que ter ilusões. Em nenhuma situação houve, durante os períodos de hiperinflação, um acompanhamento da massa salarial equivalente. As consequências políticas da guerra vão provocar uma perda do poder de compra. Temos é de tentar controlá-la e tomar algumas medidas para que não passem de determinados patamares. Mas não temos qualquer ilusão que é possível – mecanicamente como propõem algumas forças políticas e forças sindicais – acompanhar a 100% durante este período. Depois temos de recuperar e passar acima. Mas isso é o que a história da economia tem demonstrado.

Qual é a vossa previsão para o próximo ano?

Não é positiva, como todas as previsões de todas as entidades credíveis, porque as pessoas vão perder poder de compra, as taxas de juro evidentemente influenciam as empresas, mas em Portugal há um problema grande da habitação. Temos um milhão e meio de famílias endividadas em termos de habitação. Se fizermos uma média de 3 ou 3,5 pessoas por família, temos mais de metade da população endividada, vai haver impacto, não tenhamos qualquer dúvida. Outra questão tem a ver com o modelo económico, não tenho a clareza estratégica para centrar ainda mais a economia no valor acrescentado. ■

“A redução da TSU foi o mais eficaz” para subir salário mínimo

A inflação torna mais “equilibrada” a subida do salário mínimo para 900 euros em 2026. Quanto ao próximo ano, a CCP sustenta que as empresas não podem cobrir a inflação. A discussão sobre uma eventual redução da taxa social única das empresas, sempre polémica, irá surgir, diz João Vieira Lopes. Agora num quadro de maioria absoluta.

Ainda relativamente ao salário mínimo, o valor de 900 euros em 2026 é aceitável?

Tendo em conta a evolução da inflação, não é um salário, da nossa parte, de pôr completamente em causa. As críticas que fizemos sempre foi amarrar o salário mínimo por via administrativa. Se não houvesse inflação, era completamente desfasado. Aliás, o que a história demonstrou é que, independentemente de o salário mínimo ter um papel social – reconhecemos isso –, quando foi aumentado desfasadamente dos indicadores económicos – da inflação e da produtividade – conduziu a um esmagamento de categorias profissionais e a uma aproximação do salário mínimo do salário médio. Isso não é positivo. Significa que começa a haver dificuldade em premiar diferentes qualificações e diferentes cargos.

A redução da TSU seria novamente uma condição?

A redução da TSU, até agora, foi o método mais eficaz para conseguir absorver os aumentos acima da produtividade e da inflação. É mais simples, é mais direto, é um meca-

nismo que atinge todas as empresas ou todas as situações sem problemas, sem burocracias.

Falou-se nisso agora?

Não. A primeira vez que se fala no salário mínimo é neste momento, por o Governo ter aparecido com essa proposta de fazer um acréscimo em relação ao plano predeterminado. Normalmente, nesta altura é que se começa a discutir o salário mínimo. Portanto, até agora, na concertação nunca foi discutido.

Haveria condições para avançar?

Vai ser discutido a partir de agora.

A questão da TSU será uma contraproposta da vossa parte relativamente a este valor?

Sim. Penso que foi no primeiro governo de António Costa que o PSD não subscreveu [a ideia].

Nesta legislatura já haveria mais condições políticas para deixar passar a medida?

Neste momento, havia condições políticas. É a medida mais direta, mas é preciso balancear. Porque nesses períodos o problema de fundo era este: o aumento estava desfasado em relação à ponderação do aumento da produtividade e da inflação.

E agora o valor de 900 euros já é mais razoável, por causa da inflação?

Mais equilibrado. Portanto, a abordagem pode não ser necessariamente a mesma. ■

Respostas rápidas

ANA MENDES GODINHO

Uma simpatia, um grande esforço, mas uma interrogação quanto aos resultados.

COSTA SILVA

Uma incógnita. As dificuldades históricas das pessoas que ocupam cargos governamentais vindos de fora da política.

COMÉRCIO TRADICIONAL

Valorizou-se com a pandemia. Eu chamo-lhe de proximidade, não lhe chamo só tradicional. Se quiser entrar a sério, aproveitar o digital, tem cada vez mais futuro.

IMOBILIÁRIO

É, de facto, um problema estrutural. O problema da habitação é hoje provavelmente o principal bloqueio de vida para os portugueses.

GORJETA

Não gosto.

SONHO

Obrigatório, senão a vida é um vale de lágrimas.

TERCEIRA IDADE

Tem cada vez mais peso. É preciso ganharmos anos, precisamos de ganhar qualidade de vida

FAMÍLIA

É a base.

CCP

Tem futuro, mas tem muitas dificuldades.

PORTUGAL

Gosto dele.



JOÃO VIEIRA LOPES PRESIDENTE DA CCP

“Há pressão dos trabalhadores para pagar horas extra por fora”

Os sindicatos querem um aumento do valor a pagar pelo trabalho suplementar e os patrões querem um alívio fiscal. Vieira Lopes diz que são os trabalhadores que pedem para receber “por fora”.



CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
PEDRO CATARINO
Fotografia

O Governo recuperou a sua proposta de aumentar o valor a pagar pelo trabalho suplementar a partir da 120ª hora anual, em resposta às propostas dos sindicatos. Já os patrões vão insistir num desagravamento fiscal sobre as horas extraordinárias. Segundo João Vieira Lopes, são os trabalhadores que fazem uma “grande pressão” para receber por fora.

Independentemente das negociações políticas, qual é a sua perceção? Haverá efetivamente aumentos e de que valores? Ou não haverá, nalguns casos?

E difícil de prever. Mas repara que os aumentos estão a existir.

A grande pressão para os aumentos está a ser a falta de mão-de-obra. Por isso é que para nós não tem qualquer sentido a proposta do Governo de agravamento das horas extraordinárias.

A partir da 120ª hora...

Temos solicitado ao Governo que as horas extraordinárias a partir de um certo número de horas devam ser isentas inclusivamente de IRS e eventualmente de TSU, porque há muitos trabalhadores que se recusam a fazer horas extraordinárias, porque altera escalões dos impostos. E há uma grande pressão até por parte dos trabalhadores para que as horas extraordinárias sejam pagas por fora, que é uma coisa que não interessa a ninguém, nem às empresas, nem ao estado nem aos trabalhadores no longo prazo porque lhes afeta a reforma. Portanto, de facto os sindicatos partem sempre de um pressuposto histórico de que se não houver horas extraordinárias

as empresas contratam mais gente. Isso não é verdade, porque as empresas só contratam se perceberem que de uma forma continuada precisam dessa mão-de-obra. E por isso as horas extraordinárias são um método do qual nos socorremos em períodos de ponta ou de dificuldade.

Mas é muito frequente o recurso a mais de 120 horas por ano? O agravamento é só a partir desse limite.

Neste momento é. Há alturas em que não é. Mas, neste momento é, porque juntam-se três fatores: incerteza, falta de mão de obra e custos globais da empresa. Até porque, por exemplo, o comércio e muitos serviços que têm a porta aberta têm dificuldade em encontrar hoje em dia pessoas que queiram trabalhar à noite ou ao fim de semana. A pandemia provocou algumas alterações comportamentais de que ainda não podemos prever a profundidade, mas hoje

em dia há cada vez mais uma visão diferente entre o papel do trabalho e as atividades familiares e lúdicas, etc. Por exemplo, uma das queixas que os lojistas dos centros comerciais nos fazem claramente é que se veem aflitos para arranjar pessoas. Nomeadamente, jovens para trabalhar ao fim de semana. Vão sempre arranjar algumas. Daí a questão da imigração ser um problema fulcral.

Tendo em conta tudo o que conversámos sobre perda de poder de compra, espera maior contestação por parte dos sindicatos?

Tradicionalmente sim. Mas os sindicatos em Portugal, com todas as nuances, têm demonstrado globalmente algum sentido de responsabilidade no enquadramento dessa contestação social, que é inevitável e que é compreensível. Agora o que vai acontecer, e isso nós não conseguimos neste momento prever, pode gerar movi-

mentos, digamos, fora do sistema, como aquelas situações dos motoristas das matérias perigosas.

Já explicou que as suas perspetivas económicas para o ano são negativas, mas para o comércio como espera que seja este Natal?

Este ano espera-se um Natal bastante razoável, não um Natal que rompa com tudo o que se fez no passado, mas um Natal razoável. Em outubro, vamos ter alguma margem com estas recentes medidas [de apoio a trabalhadores e pensionistas]. Em novembro as pessoas vão receber o subsídio de Natal. Eu penso que o ponto mais crítico vai começar a notar-se a seguir ao Natal. Este ano, apesar de tudo, as pessoas têm a necessidade de ter um Natal normal, depois dos dois anos de restrições de pandemia. Não estamos eufóricos, mas também não estamos propriamente a pensar que vai haver algum decréscimo. ■

negócios

negócios.pt

Segunda-feira, 3 de outubro de 2022 | Diário | Ano XVIII | N.º 4840 | € 2,80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Colso Filipe**

ANTÓNIO MOITA
Reformar o sistema com
círculos uninominais
OPINIÃO 30



L. MARQUES MENDES
Regras da PPP do TGV têm
de ser claras e rigorosas
OPINIÃO 31



investidor privado

As cotadas do PSI que os gestores preferem



BA&N
Communications Consultancy

Communications
consultancy designed
to deliver results.

www.ban.pt

Acciona reclama mais 50 milhões para construir hospital de Évora

Ministério da Saúde confirma a constituição de um tribunal arbitral para dirimir a questão.

EMPRESAS 16 e 17

Quase um quinto do IRS está a ser retido em excesso

ECONOMIA 10 e 11

Mineiro Aires vai acompanhar novo aeroporto

HOME PAGE 2

Bolsa

PSI regista
maior queda
mensal
da Europa

MERCADOS 20

Inflação

Preços da
comida não
subiam tanto
há 32 anos

ECONOMIA 12

CONVERSA CAPITAL JOÃO VIEIRA LOPES

“Há pressão dos trabalhadores para pagar horas extras por fora”



Pedro Catarino

PRIMEIRA LINHA 4 a 8